



Município de Ibema
Secretaria Municipal de Administração
Av. Ney Euyrson Napoli, 1426 - CEP: 85478-000
Gestão 2017/2020
<http://www.pibema.pr.gov.br>



EXTRATO 2º TERMO DE PRORROGAÇÃO AO CONTRATO Nº 51/2015

Os infra-firmados, de um lado o **MUNICÍPIO DE IBEMA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Av. Ney Euirson Napoli, nº 1426, inscrito no CNPJ sob o nº 80.881.931/0001-85, Estado do Paraná, neste ato representado por seu Prefeito **ADELAR ARROSI**, como CONTRATANTE, e de outro lado a empresa **CLINICA DE PSIQUIATRIA DR. RENATO UCHOA LTDA**, pessoa Jurídica de direito privado, localizada à Rua Maranhão, 790, centro, Município de Cascavel, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob o nº 14.417.522/0001-06, representada neste ato pelo Sr. Jose Renato da Frota Uchoa Junior, com base no previsto pelo parágrafo 1º do Artigo 65 e §§ 1º e 2º do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93 e no contrato em epígrafe, e mediante as cláusulas e condições a seguir especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Fica alterada a Cláusula segunda do contrato original, prorrogando o prazo de execução do objeto em mais, até, 12 (doze) meses, e a vigência por igual período, passando o prazo de execução vigorar até 01/06/2018, podendo ser rescindido antes desse prazo caso haja homologação de processo licitatório para este fim, desde que com aviso prévio de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA SEGUNDA - Fica alterada a Cláusula primeira do contrato original, aplicando-se o reajuste previsto na clausula sexta do contrato, o IPCA, na ordem de 4,57%, acrescendo o valor em mais **R\$ 38.258,20** (Trinta e oito mil duzentos e cinquenta e oito reais e vinte centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA- Todas as demais cláusulas do documento inicial permanecem inalteradas e vigentes.

Ibema, 22 de maio de 2017.



ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 67/2017.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2017.
VALIDADE: 12 MESES.

Aos dezoito dias do mês de maio de dois mil e dezessete, na Prefeitura do **MUNICÍPIO DE IBEMA**, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 80.881.931/0001-85, com sede a Av. Ney Euirson Napoli, 1426, o excelentíssimo senhor prefeito municipal abaixo assinado, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8666/93 e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial em epígrafe **REGISTRA OS PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, PARA ATENDIMENTO DA DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS NA MANUTENÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO** conforme o certame licitatório desta, tendo sido os referidos preços ofertados pela empresa cuja proposta foi classificada conforme segue.

Fazem parte desta ata de registro de preços o edital e anexo constantes do Pregão Presencial nº **28/2017**.

CLÁUSULA PRIMEIRA – CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os produtos deverão atender as quantidades e especificações constantes do Termo de Referência em anexo ao edital.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Independente da aceitação o adjudicatário garantirá a qualidade dos produtos.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A estimativa de aquisição é a constante do anexo III - Termo de Referência do edital.

PARÁGRAFO QUARTO – A quantidade especificada no objeto não gera direito adquirido ao fornecedor, tratando-se de mera estimativa, não obrigando ao município a aquisição de todo o material, durante a vigência da ata.

CLÁUSULA SEGUNDA – CLASSIFICAÇÃO

Empresa detentora do direito de preferência para os itens conforme segue:

EMPRESA: F R MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA – EPP.

ENDEREÇO: AVENIDA SILVA JARDIM, 39, SALA 02, REBOUÇAS, CURITIBA – PARANÁ.

CNPJ: 06.081.837/0001-99.

Item	Descrição	Marca do Produto		Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total
1	AÇO CA-50 10,00MM (3/8), P=0,58KG/M, BR DE 12M	SIMEC	UN	30,000	21,9500	658,50
2	AÇO CA-50 6,30MM (1/4), P=0,25KG/M, BR DE 12M	SIMEC	UN	50,000	9,8500	492,50
3	AÇO CA-50 8,00MM (5/16), P=0,39KG/M, BR DE 12M	SIMEC	UN	50,000	14,9500	747,50
4	AÇO CA-60 4,20MM P=0,109KG/M, BR DE 12M	SIMEC	UN	100,000	4,5000	450,00
7	ADAPTADOR SOLDAVEL CURTO 32mmX1 COM ROSCA	TIGRE	UN	30,000	1,5000	45,00
9	ANEL DE VEDAÇÃO VASO SANITÁRIO.	ASTRA	UN	20,000	6,5000	130,00
10	ARAME GALVANIZADO 14.	BIGOLIN	KG	20,000	11,5000	230,00



12	ARAME LISO Nº 18.	BIGOLIN	KG	20,000	12,5000	250,00
13	ARAME RECOZIDO.	BIGOLIN	KG	30,000	8,0000	240,00
16	ARGAMASSA COLANTE AC1, SACO DE 20KG.	REJUNTABRAS	SC	50,000	8,5000	425,00
17	ARGAMASSA COLANTE AIII, SACO DE 20KG.	REJUNTABRAS	SC	50,000	27,0000	1.350,00
19	ASSENTO SANITÁRIO BRANCO ALM	ASTRA	UN	30,000	42,0000	1.260,00
21	BACIA SANITÁRIA BRANCA.	DECA	UN	5,000	123,0000	615,00
25	BATENTE DE PORTA.	MADECOL	UN	10,000	70,0000	700,00
27	BORRACHA VEDAÇÃO SAÍDA DE VASO.	ASTRA	UN	20,000	5,0000	100,00
30	BOTINA - EPI.	BEIRA LAGO	PAR	10,000	74,0000	740,00
42	BUCHA PLÁSTICA FIXAÇÃO 8 MM.	VEFIX	UN	200,000	0,0600	12,00
43	BUCHA PLÁSTICA FIXAÇÃO 6 MM.	VEFIX	UN	200,000	0,0400	8,00
45	BUCHA PVC REDONDA SOLD. CURTA 32x20mm.	TIGRE	UN	100,000	2,0000	200,00
48	CADEADO 20 MM.	STAN	UN	50,000	7,9000	395,00
49	CADEADO 25 mm .	STAN	UN	50,000	8,8000	440,00
50	CADEADO 30 MM.	STAN	UN	25,000	10,5000	262,50
51	CADEADO 40 MM.	STAN	UN	20,000	14,0000	280,00
52	CAIBRO 2"X2" X3m PÉ DIREITO ANDAIME.	DALCOMAD	UN	100,000	6,4900	649,00
53	CAIBRO 2"X4" X 3 m COBERTURA.	DALCOMAD	UN	100,000	12,6000	1.260,00
54	CAIXA D' AGUA DE FIBRA DE VIDRO, 1000 LTS.	BAKOF	UN	8,000	330,0000	2.640,00
55	CAIXA D' AGUA DE FIBRA DE VIDRO, 250 LTS.	BAKOF	UN	8,000	155,0000	1.240,00
56	CAIXA D' AGUA DE FIBRA DE VIDRO, 500 LTS.	BAKOF	UN	8,000	215,0000	1.720,00
57	CAIXA DE DESCARGA COMPLETA BRANCA.	CIPLA	UN	40,000	28,0000	1.120,00
58	CAL HIDRATADO 20 KG	FELICE	SC	500,000	9,0000	4.500,00
59	CAL VIRGEM 20 KG.	SAN FRANCISCO	SC	60,000	9,0000	540,00
60	CALFINO 20 KG.	HIDRA	SC	150,000	11,0000	1.650,00
62	CAP ESGOTO 100mm.	TIGRE	UN	20,000	6,0000	120,00
64	CAP ESGOTO 200mm.	TIGRE	UN	20,000	37,0000	740,00
67	CAP ESGOTO 75mm.	TIGRE	UN	20,000	4,5000	90,00
68	CAP PVC D' ÁGUA 50mm.	TIGRE	UN	20,000	6,5000	130,00
74	CARRINHO DE MÃO C/ PNEU CÂMARA LATA.	PARABONI	UN	1,000	95,0000	95,00
75	CIMENTO SC 50 KG CP II.	VOTORAN	SC	800,000	27,9000	22.320,00
77	COLA ADESIVO PLÁSTICO 1756 COM PINCEL 175 G.	TIGRE	UN	10,000	12,5000	125,00
78	COLA ARALDITE.	ARALDITE	UN	15,000	22,0000	330,00
80	COLA DE SAPATEIRO GALAO 3,6 LTS.	CASCOLA	GL	2,000	34,9000	69,80
81	COLA EPOXI 100G.	DUREPOXI	UN	30,000	21,0000	630,00
83	COLUNA ARMADA C/ 03 FERROS (AÇO) 1/4 C/ 06 METROS TRELIÇA.	BIGOLIN	UN	100,000	18,7000	1.870,00
84	COLUNA ARMADA C/ 04 FERRO (AÇO) 3/8 06 METROS.	BIGOLIN	UN	100,000	68,5000	6.850,00
85	COLUNA ARMADA C/ 04 FERRO (AÇO) 5/16 06 METROS.	BIGOLIN	UN	100,000	44,5000	4.450,00
86	COLUNA SANITÁRIA BRANCA.	BIGOLIN	UN	5,000	49,8000	249,00
87	CONJUNTO (VASO + CAIXA ACOPLADA).	DECA	UN	10,000	250,0000	2.500,00
89	CORDA NYLON Nº 4 .	ITACORDA	M	100,000	0,3400	34,00
94	CUMEEIRA FIBROCIMENTO UNIV 6MM ABA 30CM.	ISDRALIT	UN	30,000	28,0000	840,00
97	CURVA 90º LONGA DE PVC ESGOTO PRIMÁRIO 100MM.	TIGRE	UN	30,000	19,0000	570,00
100	DESENGRIPANTE, 300ML/180G.	BASTON	UN	10,000	9,0000	90,00
105	DOBRADIÇA 3".	MUNDIAL	UN	30,000	2,3000	69,00
108	ENGATE FLEXÍVEL PLÁSTICO 40cm.	AMANCO	UN	40,000	4,3000	172,00
109	ENGATE RÁPIDO PARA LAVADORA DE ALTA PRESSÃO.	VONDER	UN	10,000	6,2500	62,50
110	ESCALADA C/ 7 DEGRAUS C/ TAPETE.	VONDER	UN	3,000	155,0000	465,00
112	ESPÁTULA 8CM.	ATLAS	UN	3,000	6,4500	19,35
113	ESPUDE PARA VASO SANITÁRIO.	ASTRA	UN	20,000	5,5000	110,00
114	ESPUMA EXPANSIVA 300ML.	UNIFIX	UN	20,000	17,0000	340,00



116	FECHADURA EXTERNA COL.3600/100.	ALIANÇA	UN	30,000	91,0000	2.730,00
117	FECHADURA EXTERNA INOX.	ALIANÇA	UN	30,000	29,0000	870,00
118	FECHADURA PORTA DE FERRO.	STAN	UN	20,000	37,9000	758,00
119	FECHADURA PORTA EXTERNA.	ALIANÇA	UN	30,000	28,0000	840,00
125	FITA ADESIVA, 10 CM, PARA EMENDA DE TELHA FIBROCIMENTO	VEDACIT	M	100,000	4,5000	450,00
128	FITA VEDA ROSCA 18mmX10m.	PUMA	UN	50,000	2,5000	125,00
134	FORRO DE PVC BRANCO/CINZA 8MM.	PERFIMAX	M²	200,000	15,0000	3.000,00
135	FUNDO BRANCO FOSCO 3,6 LITROS.	CIACOLLOR	GL	20,000	45,0000	900,00
137	IMPERMEABILIZANTE P/ CONCRETO E ARGAMASSA 3,6 L.	VEDACIT	UN	40,000	34,0000	1.360,00
141	JOELHO ESGOTO 150mm.	TIGRE	UN	10,000	22,5000	225,00
142	JOELHO ESGOTO 200mm.	TIGRE	UN	10,000	66,0000	660,00
151	LAVATÓRIO BRANCO LOUÇA.	DECA	UN	5,000	81,0000	405,00
152	LIMA CHATA DE ENXADA P/ AFIAR.	KF	UN	10,000	14,0000	140,00
153	LIMA TRIÂNGULO P/ SERROTE.	KF	UN	5,000	21,0000	105,00
156	LIXA GROSSA P/ MADEIRA 50.	CARBURUNDUM	UN	50,000	0,9900	49,50
157	LIXA MÉDIA P/ FERRO 100.	CARBURUNDUM	UN	50,000	2,0000	100,00
158	LIXA MÉDIA PARA MADEIRA 100.	CARBURUNDUM	UN	50,000	0,9900	49,50
163	LUVVA SOLDÁVEL 32 mm C/ ROSCA.	TIGRE	UN	30,000	6,0000	180,00
167	LUVAS DE BORRACHA - EPI.	SANRO	PAR	20,000	5,3000	106,00
168	LUVAS DE COURO - VAQUETA (MACIA) EPI.	VONDER	PAR	20,000	21,0000	420,00
169	LUVAS DE RASPA - EPI.	VONDER	PAR	20,000	13,0000	260,00
170	MAÇANETA DE FECHADURA (PAR).	ALIANÇA	UN	40,000	11,0000	440,00
174	MASSA ACRILICA (USO EXTERNO) BARRICA C/ 25 KG.	CIACOLLOR	UN	20,000	62,0000	1.240,00
175	MASSA CORRIDA ACRILICA 18 LITROS.	CIACOLLOR	LTA	10,000	66,5000	665,00
177	MASSA CORRIDA PVA (USO INTERNO) BARRICA C/ 25 KG.	CIACOLLOR	UN	20,000	32,5000	650,00
181	MEIA CANA U PVC (6 MT).	PERFIMAX	BR	50,000	24,5000	1.225,00
182	NÍVEL CARPINTEIRO DE ALUMÍNIO 80CM.	VONDER	UN	1,000	74,8000	74,80
192	PISO CERAMICO PEI 3.	FORMIGRES	M²	40,000	13,5000	540,00
193	PISO CERAMICO PEI 4.	FORMIGRES	M²	40,000	13,5000	540,00
194	PISO CERAMICO PEI 5.	FORMIGRES	M²	40,000	14,0000	560,00
197	PORTA 80X210 MADEIRA ITAÚBA ALMOFADADA 0,80 X 2,10.	DALCOMAD	UN	5,000	520,0000	2.600,00
201	PREGOS 13 X 15.	BIG	KG	30,000	10,0000	300,00
202	PREGOS 15 x 21.	BIG	KG	40,000	8,9500	358,00
203	PREGOS 16 X 24.	BIG	KG	30,000	8,9500	268,50
204	PREGOS 17x27.	BIG	KG	40,000	7,9400	317,60
205	PREGOS 18X30.	BIG	KG	100,000	7,9400	794,00
206	PREGOS 19X36.	BIG	KG	10,000	7,9400	79,40
207	PREGOS 19X39.	BIG	KG	50,000	8,8000	440,00
221	REGISTRO DE ESFERA PVC ½.	TIGRE	UN	10,000	13,9500	139,50
227	REMOVEDOR DE TINTA ÓLEO.	THINSOL	LT	10,000	16,5000	165,00
228	REPARO DE TORNEIRA.	HERC	UN	50,000	0,5800	29,00
230	REPARO PARA VÁLVULA DOCOL.	CENSI	UN	10,000	48,0000	480,00
231	REPARO PARA VÁLVULA HIDRA.	SWNSI	UN	10,000	33,9000	339,00
233	RIPA 1 X 2 X 3M.	MADECOL	UN	100,000	2,9500	295,00
238	ROLO DE LÃ 18 CM C/ SUPORTE P/ PINTURA.	ATLAS	UN	10,000	17,0000	170,00
239	ROLO DE LÃ 23 CM C/ SUPORTE P/ PINTURA.	ATLAS	UN	10,000	18,0000	180,00
240	SABONETEIRA DISPENSOR DE PAREDE.	UN	UN	50,000	54,0000	2.700,00
241	SELADOR P/ PINTURA ACRILICA 3,6 LITROS..	CIACOLOR	GL	10,000	19,5000	195,00
244	SIFÃO SANFONADO UNIVERSAL.	BLUKIT	UN	30,000	6,0000	180,00
245	SILICONE 280G.	TYTAN	UN	20,000	13,0000	260,00
246	SOLVENTE 1 LITRO.	THINSOL	UN	30,000	10,0000	300,00



247	SOLVENTE 5 LITROS.	THINSOL	UN	30,000	44,0000	1.320,00
250	TÁBUA 1" X 6" X 3m.	DALCOMAD	UN	100,000	9,0000	900,00
251	TÁBUA 10cmx2,5cmX3m PARA TRAVAR.	DALCOMAD	UN	100,000	6,3000	630,00
252	TÁBUA 20cmx2,5X3m CAIXARIA.	DALCOMAD	UN	150,000	12,3000	1.845,00
253	TÁBUA 25cmx2,5cmX3m andaime.	DALCOMAD	UN	150,000	19,0000	2.850,00
254	TÁBUA APARELHADA (ESPELHO de PINUS) 15 CM X 2 CM X 3M.	DALCOMAD	M	100,000	4,7000	470,00
259	TELHA DE BARRO PORTUGUESA.	STA BARBARA	UN	100,000	1,6500	165,00
261	TELHA FIBROCIMENTO 050 X 244-4MM.	ISDRALIT	UN	80,000	12,6000	1.008,00
262	TELHA FIBROCIMENTO 110 X 183 - 6MM.	ISDRALIT	UN	50,000	34,5000	1.725,00
263	TELHA FIBROCIMENTO 110 X 213-6MM.	ISDRALIT	UN	50,000	40,5000	2.025,00
264	TELHA FIBROCIMENTO 110 X 244-6MM.	ISDRALIT	UN	60,000	45,0000	2.700,00
265	TEXTURA BRANCA 25 KG.	CIACOLLOR	LTA	40,000	59,0000	2.360,00
268	TINTA A ÓLEO 18 LITROS (1ª LINHA).	CIACOLLOR	LTA	20,000	225,0000	4.500,00
269	TINTA A ÓLEO 3,6 LITROS (1ª LINHA).	CIACOLLOR	GL	20,000	49,0000	980,00
270	TINTA ACRILICA 18 LITROS (1ª LINHA).	CIACOLLOR	LTA	55,000	105,0000	5.775,00
272	TINTA ACRILICA SEMI BRILHO - 3,6 LITROS (1ª LINHA).	CIACOLLOR	GL	30,000	45,0000	1.350,00
273	TINTA ACRILICA SEMI BRILHO, 18 LITROS (1ª LINHA).	CIACOLLOR	LTA	50,000	195,0000	9.750,00
274	TINTA ESMALTÊ ACRILICO, 18 LITROS (1ª LINHA).	CIACOLLOR	LTA	25,000	285,0000	7.125,00
275	TINTA P/ PISO 3,6 LITROS.	CIACOLLOR	GL	50,000	44,0000	2.200,00
276	TINTA SPRAY, DIVERSAS CORES, 360ML/270G.	CHEMICOLOR	UN	20,000	12,3500	247,00
280	TORNEIRA GIRATÓRIA METAL.	GENOVA	UN	15,000	50,0000	750,00
282	TORNEIRA LAVATÓRIO METAL ½ C-30 COD: 2190.	GENOVA	UN	25,000	36,0000	900,00
286	TUBO DE PVC SOLDÁVEL 32mm, brr 6 mts.	FORTLEVE	UN	30,000	24,5000	735,00
287	TUBO DE PVC ESGOTO 100mm, brr 6 mts.	FORTLEVE	UN	30,000	39,5000	1.185,00
288	TUBO DE PVC ESGOTO 200mm, brr 6 mts.	FORTLEVE	UN	10,000	210,0000	2.100,00
289	TUBO DE PVC ESGOTO 40mm, brr 6 mts.	FORTLEVE	UN	30,000	16,5000	495,00
290	TUBO DE PVC ESGOTO 50mm, brr 6 mts.	FORTLEVE	UN	30,000	26,5000	795,00
291	TUBO DE PVC ESGOTO, 150MM, brr 6 mts.	FORTLEVE	UN	10,000	115,0000	1.150,00
292	TUBO DE PVC ESGOTO, 75MM, brr 6 mts.	FORTLEVE	UN	10,000	42,0000	420,00
293	TUBO DE PVC SOLDÁVEL 20mm, brr 6 mts.	FORTLEVE	UN	30,000	10,5000	315,00
294	TUBO DE PVC SOLDÁVEL 25mm, brr 6 mts.	FORTLEVE	UN	40,000	11,5000	460,00
296	VÁLVULA DE PIA COZINHA.	GENOVA	UN	10,000	19,0000	190,00
297	VÁLVULA DE PIA COZINHA METAL AMERICANA.	GENOVA	UN	20,000	18,0000	360,00
301	VÁLVULA DESCARGA HIDRA.	DECA	UN	5,000	94,0000	470,00
303	VEDACALHA 280 G.	MASTIFLEX	UN	30,000	14,0000	420,00
305	VISTA DE PORTA (JOGO COMPLETO).	MADECOL	UN	20,000	23,0000	460,00
309	BOCAL PLAFON DE 1 LÂMPADA.	PERLEX	UN	250,000	4,3000	1.075,00
311	CANALETA 20X10X2 M.	FAME	UN	100,000	4,5000	450,00
313	CHUVEIRO MAXI DUCHA 127 V.	LORENZETTI	UN	20,000	46,5000	930,00
314	CHUVEIRO MAXI DUCHA 220 V.	LORENZETTI	UN	20,000	46,5000	930,00
317	CONJUNTO C/ 2 TOMADAS UNIVERSAIS 3P, 2X4.	RADIAL	UN	30,000	9,0000	270,00
318	CONJUNTO DE INTERRUPTOR C/ 1 TS + 2 TP, 2X4.	RADIAL	UN	20,000	12,0000	240,00
323	DISJUNTOR 1X10.	ELETROMAR	UN	20,000	8,0000	160,00
324	DISJUNTOR 1X20.	ELETROMAR	UN	10,000	10,5000	105,00
325	DISJUNTOR 1X30.	ELETROMAR	UN	20,000	10,5000	210,00
326	DISJUNTOR 1X40.	ELETROMAR	UN	10,000	16,5000	165,00
327	DISJUNTOR 1X50.	ELETROMAR	UN	20,000	16,0000	320,00
328	DISJUNTOR 1X70.	ELETROMAR	UN	10,000	21,0000	210,00
329	DISJUNTOR 2X15.	ELETROMAR	UN	10,000	29,0000	290,00
330	DISJUNTOR 2X20.	ELETROMAR	UN	20,000	45,0000	900,00
332	DISJUNTOR 3X50 AMP.	ELETROMAR	UN	10,000	65,0000	650,00
333	DISJUNTOR 3X70 AMP.	ELETROMAR	UN	5,000	95,0000	475,00
336	FIO FLEXÍVEL 10 SOLIDO.	SIL	M	500,000	3,9800	1.990,00



337	FIO FLEXÍVEL 1X2,5 .	SIL	M	500,000	0,8800	440,00
339	FIO FLEXÍVEL 4 SÓLIDO.	SIL	M	500,000	1,4300	715,00
340	FIO PARALELO 2 X 1,5mm.	SIL	M	500,000	0,9800	490,00
343	FIO SOLIDO 4 mm.	SIL	M	500,000	1,3500	675,00
344	FIO SOLIDO 1,5 mm.	SIL	M	500,000	0,5800	290,00
346	FIO SOLIDO 2,5 mm.	SIL	M	400,000	0,8900	356,00
347	FIO SOLIDO 6 mm.	SIL	M	400,000	2,0500	820,00
348	FITA ISOLANTE 10 M	TIGRE	UN	50,000	2,4000	120,00
349	FITA ISOLANTE 19mmX10m	TIGRE	UN	50,000	2,4000	120,00
350	FITA ISOLANTE 20 M.	TIGRE	UN	50,000	4,6000	230,00
354	LÂMPADA ECONÔMICA COMPACTA 25W X 127V.	TASCHIBRA	UN	250,000	15,0000	3.750,00
357	LÂMPADA FLUORESCENTE LED 40 W.	TASCHIBRA	UN	100,000	28,0000	2.800,00
358	LÂMPADA FLUORESCENTE LED 20 W.	TASCHIBRA	UN	50,000	25,0000	1.250,00
365	LUMINÁRIA COMPLETA 2 X 20.	TASCHIBRA	UN	20,000	49,5000	990,00
366	LUMINÁRIA COMPLETA 2 X 40.	TASCHIBRA	UN	20,000	69,0000	1.380,00
372	MANGUEIRA CORRUGADA 3/4.	FORTLEVE	M	50,000	1,1000	55,00
375	REATOR LÂMPADA ELETRÔNICO 1X40.	TASCHIBRA	UN	30,000	27,5000	825,00
376	REATOR LÂMPADA ELETRÔNICO 2X20 .	TASCHIBRA	UN	30,000	26,5000	795,00
377	REATOR LÂMPADA ELETRÔNICO 2X40.	TASCHIBRA	UN	150,000	33,5000	5.025,00
383	TOMADA DE LOUÇA FÊMEA.	LORENZETTI	UN	10,000	13,1000	131,00
384	TOMADA DE LOUÇA PINO MACHO.	LORENZETTI	UN	10,000	9,3000	93,00
386	TOMADA P/ TELEFONE 4 PINOS 2X4 .	RADIAL	UN	10,000	6,7500	67,50
388	GESSO EM QUILO.	JUNTA LIDER	KG	20,000	2,2000	44,00

TOTAL R\$ 190.909,95

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGISTRO E REAJUSTE

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Secretaria de Administração para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

PARÁGRAFO QUARTO - A quantidade total poderá ser **aumentada ou reduzida**, conforme as necessidades da Prefeitura Municipal, observado o limite máximo para aumento de 25%, de acordo com o que dispõe o art. 65, parágrafo 1º, da Lei 8.666/93

CLÁUSULA QUARTA – PENALIDADES

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O fornecedor está sujeito às seguintes penalidades: Pagamento de multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da (parcela não executada ou o item não fornecido), por dia de atraso e/ou por descumprimento de obrigações fixadas neste Edital e em seus Anexos, sendo que a multa tem de ser recolhida pelo fornecedor no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação pelo Município.



PARAGRAFO SEGUNDO- Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Pregão, à:

1 - Advertência;

2 - No caso de inexecução total do objeto contratado - Multa de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor restante da Ata de registro de preços (não só do que não cumprir, pois estará comprometendo o restante da contratação), recolhida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial;

3 - Impedimento de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, se:

- deixar de assinar a Ata de Registro de preços e/ou o Contrato;
- ensejar o retardamento da execução do objeto deste Pregão;
- não mantiver a proposta, injustificadamente;
- comportar-se de modo inidôneo;
- fizer declaração falsa;
- cometer fraude fiscal;
- falhar ou fraudar na execução do Contrato.

PARAGRAFO TERCEIRO - Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração Pública, o fornecedor ficará isento das penalidades.

PARAGRAFO QUARTO - As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao fornecedor juntamente com a de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

PARAGRAFO QUINTO - Às licitantes vencedoras deste certame serão aplicadas as sanções previstas na Lei nº 8.666/93, nas seguintes situações, dentre outras:

1. Pela recusa injustificada para a entrega dos itens ofertados, nos prazos previstos neste edital;
2. Pelo atraso ou demora injustificados para a entrega dos itens ofertados;
3. Pela entrega em desacordo com o solicitado ou problemas na emissão da Nota Fiscal que a empresa se recuse a corrigir, com prazo de até 24 (vinte e quatro) horas para a efetiva substituição dos serviços/produtos;

PARAGRAFO SEXTO - Será facultado à licitante o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação de defesa prévia, na ocorrência de quaisquer das situações previstas neste edital.

PARAGRAFO SÉTIMO - As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à administração.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PRAZOS E ENTREGA

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A entrega deverá ocorrer em até 2 (dois) dias após a solicitação emitida pela municipalidade.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O prazo de validade da ata de registro de preço é 12 meses a partir da assinatura da ata.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A vigência da ata é de 30 dias além do prazo de validade da mesma.



PARAGRAFO QUARTO - LOCAL DE ENTREGA – Dependências da Secretaria solicitante ou onde esta indicar.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento será efetuado em até 30 dias após a entrega dos produtos mediante a apresentação da Nota Fiscal, acompanhada dos seguintes documentos:

- Laudo de entrega emitido pela Comissão Permanente Para Recebimento de Bens e Serviços.
- Requisições de entrega emitida pela Secretaria Competente,
- Certidão de Regularidade perante Fazenda Federal;
- Certificado de Regularidade do FGTS da empresa;
- Certidão de regularidade de Tributos Municipais;
- Certidão de regularidade de Tributos Estaduais;
- CNDT

PARÁGRAFO SEGUNDO – O município poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pelo fornecedor.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.

PARAGRAFO QUARTO - Os recursos para pagamento das despesas serão oriundos da seguinte rubrica orçamentária:

02.003.04.122.2000.2.005 – Gestão Administrativa e Financeira – 33.90.30.00 – Material de Consumo – Fontes 000 (020), 504 (021), 510 (022), 511 (023);
02.04.20.606.4000.2.008 – Gestão da Agricultura – 33.90.30.00 – Material de Consumo – Fonte 000 (053);
02.005.15.452.5000.2.011 – Gestão de Serviços Urbanos - 33.90.30.00 – Material de Consumo – Fontes 000 (067), 02.005.26.782.5000.2.010 – Gestão de Viação - 33.90.30.00 – Material de Consumo – Fontes 000 (075), 504 (076), 510 (077), 511 (078);
02.007.08.243.7000.2.041 – Gestão do Conselho Tutelar e Instancias de Controle Social - 33.90.30.00 – Material de Consumo – Fonte 000 (089);
02.007.08.244.7000.2.013 – Gestão do Bem Estar Social - 33.90.30.00 – Material de Consumo – Fonte 000 (099);
02.08.12.361.8000.2.014 – Gestão do Ensino Fundamental - 33.90.30.00 – Material de Consumo – Fontes 000 (115), 103 (116), 104 (117), 107 (118);
02.08.12.365.8000.2.014 – Gestão da Educação Infantil - 33.90.30.00 – Material de Consumo – Fontes 000 (165), 103 (166), 104 (167), 107 (168);
02.08.13.392.8002.2.023 – Gestão da Cultura - 33.90.30.00 – Material de Consumo – Fonte 000 (192);
02.08.13.392.8002.2.024 – Gestão da Biblioteca Pública - 33.90.30.00 – Material de Consumo – Fonte 000 (200);
02.08.13.812.8002.2.025 – Gestão do Esporte - 33.90.30.00 – Material de Consumo – Fonte 000 (206);
02.010.10.301.6000.2.029- Gestão do Fundo Municipal de Saúde - 33.90.30.00 – Material de Consumo – Fontes 000 (225), 303 (226), 495 (227);
02.10.10.301.6000.2.046 – Gestão da Unidade de Atenção Primária Saúde da Família – 33.90.30.00 – Material de Consumo – Fontes 303 (259), 371 (260);
02.010.10.302.6000.2.034 – Gestão do Hospital Municipal – 33.90.30.00 - Material de Consumo – Fontes 303 (279), 369 (280);
02.010.10.304.6000.2.035 – Gestão da Vigilância Sanitária - 33.90.30.00 – Material de Consumo – Fontes 303 (294), 497 (295);



02.010.10.305.6000.2.036 – Gestão da Vigilância Epidemiológica - 33.90.30.00 - Material de Consumo – Fonte 49702 (303), 02.011.08.244.7000.2.042 – Gestão dos Serviços de Proteção Social Básica - 33.90.30.00 – Material de Consumo – Fontes 000 (307), 934 (308), 936 (309), 940 (310); 02.011.08.244.7000.2.043 – Gestão dos Serviços de Proteção Social Especial - 33.90.30.00 – Material de Consumo – Fontes 000 (325), 766 (326), 767 (327), 938 (328); 02.012.08.243.7001.6.045 – Gestão dos Serviços de Proteção Social Básica à Criança e ao Adolescente, Jovem e sua Família - 33.90.30.00 – Material de Consumo – Fonte 000 (342); 02.012.08.243.7001.6.046 – Gestão dos Serviços de Proteção Social Especial à Criança e ao Adolescente, Jovem e sua Família - 33.90.30.00 – Material de Consumo – Fonte 000 (349).

PARAGRAFO QUINTO – Caso a empresa não tenha conta na CAIXA ECONOMICA FEDERAL ou no BANCO DO BRASIL, ou ainda, NÃO TENHA EMITIDO BOLETO PARA PAGAMENTO, será descontado o valor referente a transferência bancária.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

CLÁUSULA OITAVA – DISPOSIÇÕES GERAIS

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A presente ata de registro de preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato no diário oficial.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Integram o presente instrumento, independente de transcrição, todas as condições e respectivos atos do Pregão Presencial em epígrafe.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A gestão da presente ata será de responsabilidade da Secretaria de solicitante e a fiscalização da mesma fica a cargo de pessoa nomeada/designada pela administração municipal.

PARAGRAFO QUARTO - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

I - Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- PRÁTICA CORRUPTA:** oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- PRÁTICA FRAUDULENTA:** a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- PRÁTICA COLUSIVA:** esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- PRÁTICA COERCITIVA:** causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;



e) PRÁTICA OBSTRUTIVA:

(I) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

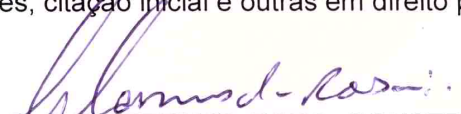
II – Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de um contrato financiado pelo organismo.

III – Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

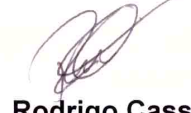
CLÁUSULA NONA - SUCESSÃO E FORO

PARAGRAFO PRIMEIRO - As partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias (impressas por sistema eletrônico de dados) de igual teor e forma, obrigando-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo para Foro da Comarca de Catanduvas, Estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA, que em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificações, citação inicial e outras em direito permitidas.


MUNICÍPIO DE IBEMA
Adelar Arrosi
CPF: 313.957.679-04


F R MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA
Celomar da Rosa
CPF: 308.140.739-72


Adriana Santos de Souza
Fiscal do Contrato


Rodrigo Cassanelli
Gestor da Ata



ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 74/2017.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2017. VALIDADE: 12 MESES.

Aos vinte e seis dias do mês de maio de dois mil e dezessete, na Prefeitura do **MUNICÍPIO DE IBEMA**, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 80.881.931/0001-85, com sede a Av. Ney Euirson Napoli, 1426, o excelentíssimo senhor prefeito municipal abaixo assinado, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8666/93 e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial em epígrafe **REGISTRA OS PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES PARA ALUNOS DA REDE MUNICIPAL, UNIFORMES PARA OS MOTORISTAS DA SAÚDE, JALECOS PARA SECRETARIA DE SAÚDE E UNIFORMES PARA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, conforme o certame licitatório desta, tendo sido os referidos preços ofertados pela empresa cuja proposta foi classificada conforme segue.

Fazem parte desta ata de registro de preços o edital e anexo constantes do Pregão Presencial nº 31/2017.

CLÁUSULA PRIMEIRA – CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os produtos deverão atender as quantidades e especificações constantes do Termo de Referência em anexo ao edital.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Independente da aceitação o adjudicatário garantirá a qualidade dos produtos/serviços.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A estimativa de aquisição é a constante do anexo III - Termo de Referência do edital.

PARÁGRAFO QUARTO – A quantidade especificada no objeto não gera direito adquirido ao fornecedor, tratando-se de mera estimativa, não obrigando ao município a aquisição de todo o material, durante a vigência da ata.

a) - Poderá o Município solicitar somente parte do item, tanto em números quanto em tipo de material.

PARAGRAFO QUINTO - Os produtos deverão ser entregues mediante a ordem de compra da administração, na Secretaria que solicitou a requisição.

CLÁUSULA SEGUNDA – CLASSIFICAÇÃO

Empresa detentora do direito de preferência para os itens conforme segue:

EMPRESA: ADRYEL CONFECÇÕES INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

ENDEREÇO: RUA PRESIDENTE BERNARDES, 3188, CENTRO, CASCAVEL -

PARANÁ.

CNPJ: 08.323.027/0001-27.



Item	Qtde	Descrição	Marca	Valor Unit.	Valor Total
1	80	Conjuntos completos nº 1, (calça e jaqueta em microfibra 100% poliéster; camiseta manga curta, 100% malha poliviscose 67% poliéster e 33% viscose; e bermuda malha helanca (PA) 50%poliéster 50%algodão).	ADRYEL	110,80	8.864,00
2	160	Conjuntos completos nº 2, (calça e jaqueta em microfibra 100% poliéster; camiseta manga curta, 100% malha poliviscose 67% poliéster e 33% viscose; e bermuda malha helanca (PA) 50%poliéster 50%algodão).	ADRYEL	110,80	17.728,00
6	240	Conjuntos completos nº 10, (calça e jaqueta em microfibra 100% poliéster; camiseta manga curta, 100% malha poliviscose 67% poliéster e 33% viscose; e bermuda malha helanca (PA) 50%poliéster 50%algodão).	ADRYEL	117,60	28.224,00
7	320	Conjuntos completos nº 12, (calça e jaqueta em microfibra 100% poliéster; camiseta manga curta, 100% malha poliviscose 67% poliéster e 33% viscose; e bermuda malha helanca (PA) 50%poliéster 50%algodão).	ADRYEL	118,80	38.016,00
8	200	Conjuntos completos nº 14, (calça e jaqueta em microfibra 100% poliéster; camiseta manga curta, 100% malha poliviscose 67% poliéster e 33% viscose; e bermuda malha helanca (PA) 50%poliéster 50%algodão).	ADRYEL	120,80	24.160,00
9	100	Conjuntos completos nº 16, (calça e jaqueta em microfibra 100% poliéster; camiseta manga curta, 100% malha poliviscose 67% poliéster e 33% viscose; e bermuda malha helanca (PA) 50%poliéster 50%algodão).	ADRYEL	121,00	12.100,00
10	10	Conjuntos completos, tamanho M, (calça e jaqueta em microfibra 100% poliéster; camiseta manga curta, 100% malha poliviscose 67% poliéster e 33% viscose; e bermuda malha helanca (PA) 50%poliéster 50%algodão).	ADRYEL	121,00	1.210,00

TOTAL R\$ 130.302,00

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGISTRO E REAJUSTE

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Secretaria de Administração para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

PARÁGRAFO QUARTO - A quantidade total poderá ser **aumentada ou reduzida**,



conforme as necessidades da Prefeitura Municipal, observado o limite máximo para aumento de 25%, de acordo com o que dispõe o art. 65, parágrafo 1º, da Lei 8.666/93

CLÁUSULA QUARTA – PENALIDADES

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O fornecedor está sujeito às seguintes penalidades:

Pagamento de multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da (parcela não executada ou o item não fornecido), por dia de atraso e/ou por descumprimento de obrigações fixadas neste Edital e em seus Anexos, sendo que a multa tem de ser recolhida pelo fornecedor no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação pelo Município.

PARAGRAFO SEGUNDO- Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Pregão, à:

1 - Advertência;

2 - No caso de inexecução total do objeto contratado - Multa de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor restante do Contrato (não só do que não cumprir, pois estará comprometendo o restante da contratação), recolhida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial;

3 - Impedimento de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, se:

- deixar de assinar o Contrato;

- ensejar o retardamento da execução do objeto deste Pregão;

- não manter a proposta, injustificadamente;

- comportar-se de modo inidôneo;

- fazer declaração falsa;

- cometer fraude fiscal;

- falhar ou fraudar na execução do Contrato.

PARAGRAFO TERCEIRO - Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração Pública, o fornecedor ficará isento das penalidades.

PARAGRAFO QUARTO - As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao fornecedor juntamente com a de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

PARAGRAFO QUINTO - Às licitantes vencedoras deste certame serão aplicadas as sanções previstas na Lei nº 8.666/93, nas seguintes situações, dentre outras:

1. Pela recusa injustificada para a entrega dos itens ofertados, nos prazos previstos neste edital;

2. Pelo atraso ou demora injustificados para a entrega dos itens ofertados;

3. Pela entrega em desacordo com o solicitado ou problemas na emissão da Nota Fiscal que a empresa se recuse a corrigir, com prazo de até 24 (vinte e quatro) horas para a efetiva substituição dos serviços/produtos;

PARAGRAFO SEXTO - Será facultado à licitante o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação de defesa prévia, na ocorrência de quaisquer das situações previstas neste edital.

PARAGRAFO SÉTIMO - As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar. à



administração.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PRAZOS E ENTREGA

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A entrega deverá ocorrer em até 10 (dez) dias após a solicitação pela municipalidade.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O prazo de validade da ata de registro de preço é 12 meses a partir da assinatura da ata.

PARÁGRAFO TERCEIRO - LOCAL DE ENTREGA – Os produtos deverão ser entregues na secretaria solicitante.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento será efetuado em até 30 dias após a entrega dos produtos mediante a apresentação da Nota Fiscal, acompanhada dos seguintes documentos:

- Laudo de entrega emitido pela Comissão Permanente Para Recebimento de Bens e Serviços.
- Requisições de entrega emitida pela Secretaria Competente,
- Certidão de Regularidade perante Fazenda Federal;
- Certificado de Regularidade do FGTS da empresa;
- Certidão de regularidade de Tributos Municipais;
- Certidão de regularidade de Tributos Estaduais;
- CNDT

PARÁGRAFO SEGUNDO – O município poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pelo fornecedor.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.

PARAGRAFO QUARTO - Os recursos para pagamento das despesas serão oriundos das seguintes rubricas orçamentárias:

02.003.04.122.2000.2.005 – Gestão Administrativa e Financeira – 33.90.30.00 – Material de Consumo – Fontes 000 (020), 504 (021), 510 (022), 511 (023);
02.04.20.606.4000.2.008 – Gestão da Agricultura – 33.90.30.00 – Material de Consumo – Fonte 000 (053); 02.005.26.782.5000.2.010 – Gestão de Viação - 33.90.30.00 – Material de Consumo – Fontes 000 (075), 504 (076), 510 (077), 511 (078);
02.007.08.243.7000.2.041 – Gestão do Conselho Tutelar e Instancias de Controle Social - 33.90.30.00 – Material de Consumo – Fonte 000 (089); 02.007.08.244.7000.2.013 – Gestão do Bem Estar Social - 33.90.30.00 – Material de Consumo – Fonte 000 (099);
02.08.12.361.8000.2.014 – Gestão do Ensino Fundamental - 33.90.30.00 – Material de Consumo – Fontes 000 (115), 103 (116), 104 (117), 107 (118); 02.08.12.365.8000.2.014 – Gestão da Educação Infantil - 33.90.30.00 – Material de Consumo – Fontes 000 (165), 103 (166), 104 (167), 107 (168); 02.08.13.392.8002.2.024 – Gestão da Biblioteca Pública - 33.90.30.00 – Material de Consumo – Fonte 000 (200); 02.08.13.812.8002.2.025 – Gestão do Esporte - 33.90.30.00 – Material de Consumo – Fonte 000 (206);



02.08.27.813.8002.2.026 – Gestão do Lazer - 33.90.30.00 – Material de Consumo – Fonte 000 (213); 02.010.10.301.6000.2.029- Gestão do Fundo Municipal de Saúde - 33.90.30.00 – Material de Consumo – Fontes 000 (225), 303 (226), 495 (227); 02.10.10.301.6000.2.046 – Gestão da Unidade de Atenção Primária Saúde da Família – 33.90.30.00 – Material de Consumo – Fontes 303 (259), 371 (260); 02.010.10.302.6000.2.034 – Gestão do Hospital Municipal – 33.90.30.00 - Material de Consumo – Fontes 303 (279), 369 (280); 02.010.10.304.6000.2.035 – Gestão da Vigilância Sanitária - 33.90.30.00 – Material de Consumo – Fontes 303 (294), 497 (295); 02.010.10.305.6000.2.036 – Gestão da Vigilância Epidemiológica - 33.90.30.00 - Material de Consumo – Fonte 49702 (303), 02.011.08.244.7000.2.042 – Gestão dos Serviços de Proteção Social Básica - 33.90.30.00 – Material de Consumo – Fontes 000 (307), 934 (308), 936 (309), 940 (310); 02.011.08.244.7000.2.043 – Gestão dos Serviços de Proteção Social Especial - 33.90.30.00 – Material de Consumo – Fontes 000 (325), 766 (326), 767 (327), 938 (328).

PARAGRAFO QUINTO – Caso a empresa não tenha conta na CAIXA ECONOMICA FEDERAL ou no BANCO DO BRASIL, ou ainda, NÃO TENHA EMITIDO BOLETO PARA PAGAMENTO, será descontado o valor referente a transferência bancária.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

CLÁUSULA OITAVA – DISPOSIÇÕES GERAIS

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A presente ata de registro de preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato no diário oficial.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Integram o presente instrumento, independente de transcrição, todas as condições e respectivos atos do Pregão Presencial em epígrafe.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A gestão da presente ata será de responsabilidade da Secretaria de solicitante e a fiscalização da mesma fica a cargo de pessoa nomeada/designada pela administração municipal.

PARAGRAFO QUARTO - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

I - Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) **PRÁTICA CORRUPTA**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) **PRÁTICA FRAUDULENTA**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;



c) **PRÁTICA COLUSIVA:** esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) **PRÁTICA COERCITIVA:** causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

e) **PRÁTICA OBSTRUTIVA:**

(I) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

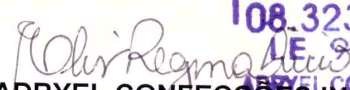
II – Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de um contrato financiado pelo organismo.

III – Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA NONA - SUCESSÃO E FORO

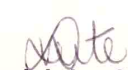
PARAGRAFO PRIMEIRO - As partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias (impressas por sistema eletrônico de dados) de igual teor e forma, obrigando-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo para Foro da Comarca de Catanduvas, Estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA, que em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificações, citação inicial e outras em direito permitidas.


MUNICÍPIO DE IBEMA
Adelar Arrosi
CPF: 313.957.679-04


ADRYEL CONFECÇÕES IND. E COM. LTDA
Elis Regina Quiocca Americano
CPF: 802.237.889-55

08.323.027/0001-27
11.993.84584-82
ADRYEL CONFECÇÕES INDÚSTRIA
E COMÉRCIO LTDA.
Rua Presidente Bernardes, 3188
85610-130 CASCATEL - PR


Adriana Santos de Souza
Fiscal do Contrato


Neiva Terzinha Chaves Leite
Gestora da Ata



ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 75/2017.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2017.
VALIDADE: 12 MESES.

Aos vinte e seis dias do mês de maio de dois mil e dezessete, na Prefeitura do **MUNICÍPIO DE IBEMA**, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 80.881.931/0001-85, com sede a Av. Ney Euirson Napoli, 1426, o excelentíssimo senhor prefeito municipal abaixo assinado, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8666/93 e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial em epígrafe **REGISTRA OS PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES PARA ALUNOS DA REDE MUNICIPAL, UNIFORMES PARA OS MOTORISTAS DA SAÚDE, JALECOS PARA SECRETARIA DE SAÚDE E UNIFORMES PARA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, conforme o certame licitatório desta, tendo sido os referidos preços ofertados pela empresa cuja proposta foi classificada conforme segue.

Fazem parte desta ata de registro de preços o edital e anexo constantes do Pregão Presencial nº **31/2017**.

CLÁUSULA PRIMEIRA – CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os produtos deverão atender as quantidades e especificações constantes do Termo de Referência em anexo ao edital.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Independente da aceitação o adjudicatário garantirá a qualidade dos produtos/serviços.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A estimativa de aquisição é a constante do anexo III - Termo de Referência do edital.

PARÁGRAFO QUARTO – A quantidade especificada no objeto não gera direito adquirido ao fornecedor, tratando-se de mera estimativa, não obrigando ao município a aquisição de todo o material, durante a vigência da ata.

a) - Poderá o Município solicitar somente parte do item, tanto em números quanto em tipo de material.

PARAGRAFO QUINTO - Os produtos deverão ser entregues mediante a ordem de compra da administração, na Secretaria que solicitou a requisição.

CLÁUSULA SEGUNDA – CLASSIFICAÇÃO

Empresa detentora do direito de preferência para os itens conforme segue:

EMPRESA: A. P. NETI COMERCIAL EIRELI – ME.

ENDEREÇO: RUA PADRE ANCHIETA, 1174, PARQUE SÃO PAULO, CASCAVEL - PARANÁ.

CNPJ: 26.450.410/0001-28

Item	Qtde	Descrição	Marca	Valor Unit.	Valor Total
------	------	-----------	-------	-------------	-------------



3	160	Conjuntos completos nº 4, (calça e jaqueta em microfibras 100% poliéster; camiseta manga curta, 100% malha poliviscose 67% poliéster e 33% viscose; e bermuda malha helanca (PA) 50%poliéster 50%algodão).	A. P. NETI	112,50	18.000,00
4	600	Conjuntos completos nº 6, (calça e jaqueta em microfibras 100% poliéster; camiseta manga curta, 100% malha poliviscose 67% poliéster e 33% viscose; e bermuda malha helanca (PA) 50%poliéster 50%algodão).	A. P. NETI	113,00	67.800,00
5	300	Conjuntos completos nº 8, (calça e jaqueta em microfibras 100% poliéster; camiseta manga curta, 100% malha poliviscose 67% poliéster e 33% viscose; e bermuda malha helanca (PA) 50%poliéster 50%algodão).	A. P. NETI	113,00	33.900,00
11	44	Jalecos, com manga, na cor branca, contendo em sua parte frontal a escrita com Logo do Município, bordado, sendo 10 P, 18 M, 8 G e 8 GG para secretaria de Saúde	A. P. NETI	34,00	1.496,00
12	14	Jalecos, com manga, coloridos, contendo em sua parte frontal a escrita com Logo do Município, bordado, sendo 2 P, 6 M, 4 G e 2 GG, para auxiliar de serviços gerais.	A. P. NETI	34,00	476,00

TOTAL R\$ 121.672,00

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGISTRO E REAJUSTE

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Secretaria de Administração para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

PARÁGRAFO QUARTO - A quantidade total poderá ser **aumentada ou reduzida**, conforme as necessidades da Prefeitura Municipal, observado o limite máximo para aumento de 25%, de acordo com o que dispõe o art. 65, parágrafo 1º, da Lei 8.666/93

CLÁUSULA QUARTA – PENALIDADES

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O fornecedor está sujeito às seguintes penalidades: Pagamento de multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da (parcela não executada ou o item não fornecido), por dia de atraso e/ou por descumprimento de obrigações fixadas neste Edital e em seus Anexos, sendo que a multa tem de ser recolhida pelo fornecedor no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação pelo Município.

PARÁGRAFO SEGUNDO- Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Pregão, à:

[Handwritten signatures and initials]



1 - Advertência;

2 - No caso de inexecução total do objeto contratado - Multa de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor restante do Contrato (não só do que não cumprir, pois estará comprometendo o restante da contratação), recolhida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial;

3 - Impedimento de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, se:

- deixar de assinar o Contrato;
- ensejar o retardamento da execução do objeto deste Pregão;
- não manter a proposta, injustificadamente;
- comportar-se de modo inidôneo;
- fizer declaração falsa;
- cometer fraude fiscal;
- falhar ou fraudar na execução do Contrato.

PARAGRAFO TERCEIRO - Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração Pública, o fornecedor ficará isento das penalidades.

PARAGRAFO QUARTO - As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao fornecedor juntamente com a de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

PARAGRAFO QUINTO - Às licitantes vencedoras deste certame serão aplicadas as sanções previstas na Lei nº 8.666/93, nas seguintes situações, dentre outras:

1. Pela recusa injustificada para a entrega dos itens ofertados, nos prazos previstos neste edital;
2. Pelo atraso ou demora injustificados para a entrega dos itens ofertados;
3. Pela entrega em desacordo com o solicitado ou problemas na emissão da Nota Fiscal que a empresa se recuse a corrigir, com prazo de até 24 (vinte e quatro) horas para a efetiva substituição dos serviços/produtos;

PARAGRAFO SEXTO - Será facultado à licitante o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação de defesa prévia, na ocorrência de quaisquer das situações previstas neste edital.

PARAGRAFO SÉTIMO - As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à administração.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PRAZOS E ENTREGA

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A entrega deverá ocorrer em até 10 (dez) dias após a solicitação pela municipalidade.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O prazo de validade da ata de registro de preço é 12 meses a partir da assinatura da ata.

PARÁGRAFO TERCEIRO - LOCAL DE ENTREGA – Os produtos deverão ser entregues na secretaria solicitante.



CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento será efetuado em até 30 dias após a entrega dos produtos mediante a apresentação da Nota Fiscal, acompanhada dos seguintes documentos:

- Laudo de entrega emitido pela Comissão Permanente Para Recebimento de Bens e Serviços.
- Requisições de entrega emitida pela Secretaria Competente,
- Certidão de Regularidade perante Fazenda Federal;
- Certificado de Regularidade do FGTS da empresa;
- Certidão de regularidade de Tributos Municipais;
- Certidão de regularidade de Tributos Estaduais;
- CNDT

PARÁGRAFO SEGUNDO – O município poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pelo fornecedor.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.

PARAGRAFO QUARTO - Os recursos para pagamento das despesas serão oriundos das seguintes rubricas orçamentárias:

02.003.04.122.2000.2.005 – Gestão Administrativa e Financeira – 33.90.30.00 – Material de Consumo – Fontes 000 (020), 504 (021), 510 (022), 511 (023);
02.04.20.606.4000.2.008 – Gestão da Agricultura – 33.90.30.00 – Material de Consumo – Fonte 000 (053);
02.005.26.782.5000.2.010 – Gestão de Viação - 33.90.30.00 – Material de Consumo – Fontes 000 (075), 504 (076), 510 (077), 511 (078);
02.007.08.243.7000.2.041 – Gestão do Conselho Tutelar e Instancias de Controle Social - 33.90.30.00 – Material de Consumo – Fonte 000 (089);
02.007.08.244.7000.2.013 – Gestão do Bem Estar Social - 33.90.30.00 – Material de Consumo – Fonte 000 (099);
02.08.12.361.8000.2.014 – Gestão do Ensino Fundamental - 33.90.30.00 – Material de Consumo – Fontes 000 (115), 103 (116), 104 (117), 107 (118);
02.08.12.365.8000.2.014 – Gestão da Educação Infantil - 33.90.30.00 – Material de Consumo – Fontes 000 (165), 103 (166), 104 (167), 107 (168);
02.08.13.392.8002.2.024 – Gestão da Biblioteca Pública - 33.90.30.00 – Material de Consumo – Fonte 000 (200);
02.08.13.812.8002.2.025 – Gestão do Esporte - 33.90.30.00 – Material de Consumo – Fonte 000 (206);
02.08.27.813.8002.2.026 – Gestão do Lazer - 33.90.30.00 – Material de Consumo – Fonte 000 (213);
02.010.10.301.6000.2.029- Gestão do Fundo Municipal de Saúde - 33.90.30.00 – Material de Consumo – Fontes 000 (225), 303 (226), 495 (227);
02.10.10.301.6000.2.046 – Gestão da Unidade de Atenção Primária Saúde da Família – 33.90.30.00 – Material de Consumo – Fontes 303 (259), 371 (260);
02.010.10.302.6000.2.034 – Gestão do Hospital Municipal – 33.90.30.00 - Material de Consumo – Fontes 303 (279), 369 (280);
02.010.10.304.6000.2.035 – Gestão da Vigilância Sanitária - 33.90.30.00 – Material de Consumo – Fontes 303 (294), 497 (295);
02.010.10.305.6000.2.036 – Gestão da Vigilância Epidemiológica - 33.90.30.00 - Material de Consumo – Fonte 49702 (303), 02.011.08.244.7000.2.042 – Gestão dos Serviços de Proteção Social Básica - 33.90.30.00 – Material de Consumo – Fontes 000 (307), 934



(308), 936 (309), 940 (310); 02.011.08.244.7000.2.043 – Gestão dos Serviços de Proteção Social Especial - 33.90.30.00 – Material de Consumo – Fontes 000 (325), 766 (326), 767 (327), 938 (328).

PARAGRAFO QUINTO – Caso a empresa não tenha conta na CAIXA ECONOMICA FEDERAL ou no BANCO DO BRASIL, ou ainda, NÃO TENHA EMITIDO BOLETO PARA PAGAMENTO, será descontado o valor referente a transferência bancária.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

CLÁUSULA OITAVA – DISPOSIÇÕES GERAIS

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A presente ata de registro de preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato no diário oficial.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Integram o presente instrumento, independente de transcrição, todas as condições e respectivos atos do Pregão Presencial em epígrafe.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A gestão da presente ata será de responsabilidade da Secretaria de solicitante e a fiscalização da mesma fica a cargo de pessoa nomeada/designada pela administração municipal.

PARAGRAFO QUARTO - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

I - Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) **PRÁTICA CORRUPTA**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) **PRÁTICA FRAUDULENTA**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) **PRÁTICA COLUSIVA**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) **PRÁTICA COERCITIVA**: causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

e) **PRÁTICA OBSTRUTIVA**:

(i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja



intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

II – Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de um contrato financiado pelo organismo.

III – Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA NONA - SUCESSÃO E FORO

PARAGRAFO PRIMEIRO - As partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias (impressas por sistema eletrônico de dados) de igual teor e forma, obrigando-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo para Foro da Comarca de Catanduvas, Estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA, que em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificações, citação inicial e outras em direito permitidas.

MUNICÍPIO DE IBEMA
Adelar Arrosi
CPF: 313.957.679-04

A. P. NETI COMERCIAL EIRELI – ME
Alex Pereira Neti
CPF: 087.722.439-02

Adriana Santos de Souza
Fiscal do contrato

Neiva Terezinha Chaves Leite
Gestora do contrato



ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 76/2017.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2017.
VALIDADE: 12 MESES.

Aos vinte e seis dias do mês de maio de dois mil e dezessete, na Prefeitura do **MUNICÍPIO DE IBEMA**, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 80.881.931/0001-85, com sede a Av. Ney Euirson Napoli, 1426, o excelentíssimo senhor prefeito municipal abaixo assinado, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8666/93 e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial em epígrafe **REGISTRA OS PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES PARA ALUNOS DA REDE MUNICIPAL, UNIFORMES PARA OS MOTORISTAS DA SAÚDE, JALECOS PARA SECRETARIA DE SAÚDE E UNIFORMES PARA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, conforme o certame licitatório desta, tendo sido os referidos preços ofertados pela empresa cuja proposta foi classificada conforme segue.

Fazem parte desta ata de registro de preços o edital e anexo constantes do Pregão Presencial nº **31/2017**.

CLÁUSULA PRIMEIRA – CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os produtos deverão atender as quantidades e especificações constantes do Termo de Referência em anexo ao edital.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Independente da aceitação o adjudicatário garantirá a qualidade dos produtos/serviços.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A estimativa de aquisição é a constante do anexo III - Termo de Referência do edital.

PARÁGRAFO QUARTO – A quantidade especificada no objeto não gera direito adquirido ao fornecedor, tratando-se de mera estimativa, não obrigando ao município a aquisição de todo o material, durante a vigência da ata.

a) - Poderá o Município solicitar somente parte do item, tanto em números quanto em tipo de material.

PARAGRAFO QUINTO - Os produtos deverão ser entregues mediante a ordem de compra da administração, na Secretaria que solicitou a requisição.

CLÁUSULA SEGUNDA – CLASSIFICAÇÃO

Empresa detentora do direito de preferência para os itens conforme segue:

EMPRESA: R. F. FERNANDES & L. S. FERNANDES LTDA.
ENDEREÇO: RUA NEREU RAMOS, 3307, CLAUDETE, CASCAVEL – PARANÁ.
CNPJ: 02.985.403/0001-62.

Item	Qtde	Descrição	Marca	Valor Unit.	Valor Total
------	------	-----------	-------	-------------	-------------



13	12	Camiseta gola pólo detalhes internos e botões colorida, tecido 67% poliéster e 33% poliamida, malha piquet inglês, bordada nas costas: logo do município, para motoristas da secretaria de saúde	RF	43,40	520,80
14	70	Camiseta gola pólo e baby look, detalhes internos e botões, colorida, tecido 67% poliéster e 33% poliamida, malha piquet inglês, bordada nas costas: logo do município, sendo 7 P, 24 M, 21 G, 15 GG e 3 XL para secretaria de administração	RF	43,40	3.038,00

TOTAL R\$ 3.586,80

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGISTRO E REAJUSTE

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Secretaria de Administração para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

PARAGRAFO QUARTO - A quantidade total poderá ser **aumentada ou reduzida**, conforme as necessidades da Prefeitura Municipal, observado o limite máximo para aumento de 25%, de acordo com o que dispõe o art. 65, parágrafo 1º, da Lei 8.666/93

CLÁUSULA QUARTA – PENALIDADES

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O fornecedor está sujeito às seguintes penalidades: Pagamento de multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da (parcela não executada ou o item não fornecido), por dia de atraso e/ou por descumprimento de obrigações fixadas neste Edital e em seus Anexos, sendo que a multa tem de ser recolhida pelo fornecedor no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação pelo Município.

PARAGRAFO SEGUNDO- Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Pregão, à:

1 - Advertência;

2 - No caso de inexecução total do objeto contratado - Multa de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor restante do Contrato (não só do que não cumprir, pois estará comprometendo o restante da contratação), recolhida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial;

3 - Impedimento de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, se:

- deixar de assinar o Contrato;
- ensejar o retardamento da execução do objeto deste Pregão;
- não mantiver a proposta, injustificadamente;



- comportar-se de modo inidôneo;
- fizer declaração falsa;
- cometer fraude fiscal;
- falhar ou fraudar na execução do Contrato.

PARAGRAFO TERCEIRO - Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração Pública, o fornecedor ficará isento das penalidades.

PARAGRAFO QUARTO - As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao fornecedor juntamente com a de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

PARAGRAFO QUINTO - Às licitantes vencedoras deste certame serão aplicadas as sanções previstas na Lei nº 8.666/93, nas seguintes situações, dentre outras:

1. Pela recusa injustificada para a entrega dos itens ofertados, nos prazos previstos neste edital;
2. Pelo atraso ou demora injustificados para a entrega dos itens ofertados;
3. Pela entrega em desacordo com o solicitado ou problemas na emissão da Nota Fiscal que a empresa se recuse a corrigir, com prazo de até 24 (vinte e quatro) horas para a efetiva substituição dos serviços/produtos;

PARAGRAFO SEXTO - Será facultado à licitante o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação de defesa prévia, na ocorrência de quaisquer das situações previstas neste edital.

PARAGRAFO SÉTIMO - As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à administração.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PRAZOS E ENTREGA

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A entrega deverá ocorrer em até 10 (dez) dias após a solicitação pela municipalidade.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O prazo de validade da ata de registro de preço é 12 meses a partir da assinatura da ata.

PARÁGRAFO TERCEIRO - LOCAL DE ENTREGA – Os produtos deverão ser entregues na secretaria solicitante.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento será efetuado em até 30 dias após a entrega dos produtos mediante a apresentação da Nota Fiscal, acompanhada dos seguintes documentos:

- Laudo de entrega emitido pela Comissão Permanente Para Recebimento de Bens e Serviços.
- Requisições de entrega emitida pela Secretaria Competente,
- Certidão de Regularidade perante Fazenda Federal;
- Certificado de Regularidade do FGTS da empresa;
- Certidão de regularidade de Tributos Municipais;
- Certidão de regularidade de Tributos Estaduais;



- CNDT

PARÁGRAFO SEGUNDO – O município poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pelo fornecedor.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.

PARÁGRAFO QUARTO - Os recursos para pagamento das despesas serão oriundos das seguintes rubricas orçamentárias:

02.003.04.122.2000.2.005 – Gestão Administrativa e Financeira – 33.90.30.00 – Material de Consumo – Fontes 000 (020), 504 (021), 510 (022), 511 (023); 02.04.20.606.4000.2.008 – Gestão da Agricultura – 33.90.30.00 – Material de Consumo – Fonte 000 (053); 02.005.26.782.5000.2.010 – Gestão de Viagem - 33.90.30.00 – Material de Consumo – Fontes 000 (075), 504 (076), 510 (077), 511 (078); 02.007.08.243.7000.2.041 – Gestão do Conselho Tutelar e Instancias de Controle Social - 33.90.30.00 – Material de Consumo – Fonte 000 (089); 02.007.08.244.7000.2.013 – Gestão do Bem Estar Social - 33.90.30.00 – Material de Consumo – Fonte 000 (099); 02.08.12.361.8000.2.014 – Gestão do Ensino Fundamental - 33.90.30.00 – Material de Consumo – Fontes 000 (115), 103 (116), 104 (117), 107 (118); 02.08.12.365.8000.2.014 – Gestão da Educação Infantil - 33.90.30.00 – Material de Consumo – Fontes 000 (165), 103 (166), 104 (167), 107 (168); 02.08.13.392.8002.2.024 – Gestão da Biblioteca Pública - 33.90.30.00 – Material de Consumo – Fonte 000 (200); 02.08.13.812.8002.2.025 – Gestão do Esporte - 33.90.30.00 – Material de Consumo – Fonte 000 (206); 02.08.27.813.8002.2.026 – Gestão do Lazer - 33.90.30.00 – Material de Consumo – Fonte 000 (213); 02.010.10.301.6000.2.029- Gestão do Fundo Municipal de Saúde - 33.90.30.00 – Material de Consumo – Fontes 000 (225), 303 (226), 495 (227); 02.10.10.301.6000.2.046 – Gestão da Unidade de Atenção Primária Saúde da Família – 33.90.30.00 – Material de Consumo – Fontes 303 (259), 371 (260); 02.010.10.302.6000.2.034 – Gestão do Hospital Municipal – 33.90.30.00 - Material de Consumo – Fontes 303 (279), 369 (280); 02.010.10.304.6000.2.035 – Gestão da Vigilância Sanitária - 33.90.30.00 – Material de Consumo – Fontes 303 (294), 497 (295); 02.010.10.305.6000.2.036 – Gestão da Vigilância Epidemiológica - 33.90.30.00 - Material de Consumo – Fonte 49702 (303), 02.011.08.244.7000.2.042 – Gestão dos Serviços de Proteção Social Básica - 33.90.30.00 – Material de Consumo – Fontes 000 (307), 934 (308), 936 (309), 940 (310); 02.011.08.244.7000.2.043 – Gestão dos Serviços de Proteção Social Especial - 33.90.30.00 – Material de Consumo – Fontes 000 (325), 766 (326), 767 (327), 938 (328).

PARÁGRAFO QUINTO – Caso a empresa não tenha conta na CAIXA ECONOMICA FEDERAL ou no BANCO DO BRASIL, ou ainda, NÃO TENHA EMITIDO BOLETO PARA PAGAMENTO, será descontado o valor referente a transferência bancária.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar



conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

CLÁUSULA OITAVA – DISPOSIÇÕES GERAIS

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A presente ata de registro de preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato no diário oficial.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Integram o presente instrumento, independente de transcrição, todas as condições e respectivos atos do Pregão Presencial em epígrafe.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A gestão da presente ata será de responsabilidade da Secretaria de solicitante e a fiscalização da mesma fica a cargo de pessoa nomeada/designada pela administração municipal.

PARAGRAFO QUARTO - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

I - Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) **PRÁTICA CORRUPTA:** oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) **PRÁTICA FRAUDULENTA:** a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) **PRÁTICA COLUSIVA:** esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) **PRÁTICA COERCITIVA:** causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- e) **PRÁTICA OBSTRUTIVA:**

(I) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

II – Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de um contrato financiado pelo organismo.

III – Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele



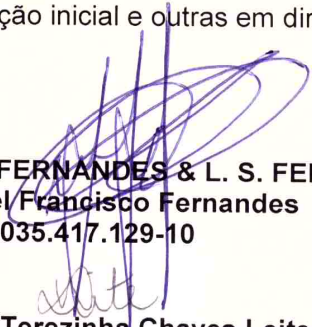
formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA NONA - SUCESSÃO E FORO

PARAGRAFO PRIMEIRO - As partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias (impressas por sistema eletrônico de dados) de igual teor e forma, obrigando-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo para Foro da Comarca de Catanduvas, Estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA, que em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificações, citação inicial e outras em direito permitidas.


MUNICÍPIO DE IBEMA
Adelar Arrosi
CPF: 313.957.679-04


Adriana Santos de Souza
Fiscal do contrato


R. F. FERNANDES & L. S. FERNANDES LTDA
Rafael Francisco Fernandes
CPF: 035.417.129-10


Neiva Terezinha Chaves Leite
Gestor do contrato



ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 78/2017.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2017.
VALIDADE: 12 MESES.

Aos vinte e seis dias do mês de maio de dois mil e dezessete, na Prefeitura do **MUNICÍPIO DE IBEMA**, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 80.881.931/0001-85, com sede a Av. Ney Euirson Napoli, 1426, o excelentíssimo senhor prefeito municipal abaixo assinado, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8666/93 e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial em epígrafe **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE ALIMENTAÇÃO NUTRICIONAL COMPLETA E SUPLEMENTO VITAMÍNICO PARA FORNECIMENTO A PACIENTES COM PRESCRIÇÃO MÉDICA**, conforme o certame licitatório desta, tendo sido os referidos preços ofertados pela empresa cuja proposta foi classificada conforme segue.

Fazem parte desta ata de registro de preços o edital e anexo constantes do Pregão Presencial nº **32/2017**.

CLÁUSULA PRIMEIRA – CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os produtos deverão atender as quantidades e especificações constantes do Termo de Referência em anexo ao edital.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Independente da aceitação o adjudicatário garantirá a qualidade dos serviços.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A estimativa de aquisição é a constante do anexo III - Termo de Referência do edital.

PARÁGRAFO QUARTO – A quantidade especificada no objeto não gera direito adquirido ao fornecedor, tratando-se de mera estimativa, não obrigando ao município a aquisição de todo o material, durante a vigência da ata.

CLÁUSULA SEGUNDA – CLASSIFICAÇÃO

Empresa detentora do direito de preferência para os itens conforme segue:

EMPRESA: VACCARIN & ALFF LTDA.

ENDEREÇO: RUA GENERAL OSÓRIO, 3012, CIRO NARDI, CASCAVEL – PARANÁ.

CNPJ: 18.574.431/0001-27.

Item	Produto	Marca	Unid.	Qtde	Valor Unit. Máximo	Valor Total Máximo
1	Alimento nutricional completo para nutrição enteral ou oral, adulta, lata com 800 gr	PRODIET	Unid	200	40,99	8.198,00

TOTAL R\$ 8.198,00



CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGISTRO E REAJUSTE

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Secretaria de Administração para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

PARÁGRAFO QUARTO - A quantidade total poderá ser **umentada ou reduzida**, conforme as necessidades da Prefeitura Municipal, observado o limite máximo para aumento de 25%, de acordo com o que dispõe o art. 65, parágrafo 1º, da Lei 8.666/93

CLÁUSULA QUARTA – PENALIDADES

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O fornecedor está sujeito às seguintes penalidades: Pagamento de multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da (parcela não executada ou o item não fornecido), por dia de atraso e/ou por descumprimento de obrigações fixadas neste Edital e em seus Anexos, sendo que a multa tem de ser recolhida pelo fornecedor no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação pelo Município.

PARÁGRAFO SEGUNDO- Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Pregão, à:

1 - Advertência;

2 - No caso de inexecução total do objeto contratado - Multa de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor restante da Ata de registro de preços (não só do que não cumprir, pois estará comprometendo o restante da contratação), recolhida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial;

3 - Impedimento de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, se:

- deixar de assinar a Ata de Registro de preços e/ou o Contrato;
- ensejar o retardamento da execução do objeto deste Pregão;
- não manter a proposta, injustificadamente;
- comportar-se de modo inidôneo;
- fizer declaração falsa;
- cometer fraude fiscal;
- falhar ou fraudar na execução do Contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração Pública, o fornecedor ficará isento das penalidades.

PARÁGRAFO QUARTO - As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao fornecedor juntamente



com a de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

PARAGRAFO QUINTO - Às licitantes vencedoras deste certame serão aplicadas as sanções previstas na Lei nº 8.666/93, nas seguintes situações, dentre outras:

1. Pela recusa injustificada para a entrega dos itens ofertados, nos prazos previstos neste edital;
2. Pelo atraso ou demora injustificados para a entrega dos itens ofertados;
3. Pela entrega em desacordo com o solicitado ou problemas na emissão da Nota Fiscal que a empresa se recuse a corrigir, com prazo de até 24 (vinte e quatro) horas para a efetiva substituição dos serviços/produtos;

PARAGRAFO SEXTO - Será facultado à licitante o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação de defesa prévia, na ocorrência de quaisquer das situações previstas neste edital.

PARAGRAFO SÉTIMO - As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à administração.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PRAZOS E ENTREGA

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A entrega deverá ocorrer em até 3 (três) dias após a solicitação emitida pela municipalidade.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O prazo de validade da ata de registro de preço é 12 meses a partir da assinatura da ata.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A vigência da ata é de 30 dias além do prazo de validade da mesma.

PARAGRAFO QUARTO - LOCAL DE ENTREGA – Dependências da Secretaria solicitante ou onde esta indicar.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento será efetuado em até 30 dias após a entrega dos produtos mediante a apresentação da Nota Fiscal, acompanhada dos seguintes documentos:

- Laudo de entrega emitido pela Comissão Permanente Para Recebimento de Bens e Serviços.
- Requisições de entrega emitida pela Secretaria Competente,
- Certidão de Regularidade perante Fazenda Federal;
- Certificado de Regularidade do FGTS da empresa;
- Certidão de regularidade de Tributos Municipais;
- Certidão de regularidade de Tributos Estaduais;
- CNDT

PARÁGRAFO SEGUNDO – O município poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pelo fornecedor.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.

PARAGRAFO QUARTO - Os recursos para pagamento das despesas serão oriundos da seguinte rubrica orçamentária:



02.010.10.301.6000.2.029- Gestão do Fundo Municipal de Saúde - 33.90.30.00 –
Material de Consumo – Fontes 000 (225), 303 (226), 495 (227);
02.010.10.301.6000.2.031 – Gestão do PAB Fixo - 33.90.30.00 – Material de Consumo
– Fonte 495 (239).

PARAGRAFO QUINTO – Caso a empresa não tenha conta na CAIXA ECONOMICA FEDERAL ou no BANCO DO BRASIL, ou ainda, NÃO TENHA EMITIDO BOLETO PARA PAGAMENTO, será descontado o valor referente a transferência bancária.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

CLÁUSULA OITAVA – DISPOSIÇÕES GERAIS

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A presente ata de registro de preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato no diário oficial.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Integram o presente instrumento, independente de transcrição, todas as condições e respectivos atos do Pregão Presencial em epígrafe.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A gestão da presente ata será de responsabilidade da Secretaria de solicitante e a fiscalização da mesma fica a cargo de pessoa nomeada/designada pela administração municipal.

PARAGRAFO QUARTO - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

I - Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) **PRÁTICA CORRUPTA**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) **PRÁTICA FRAUDULENTA**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) **PRÁTICA COLUSIVA**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) **PRÁTICA COERCITIVA**: causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

e) **PRÁTICA OBSTRUTIVA**:

(I) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir, materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja



intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

II – Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de um contrato financiado pelo organismo.

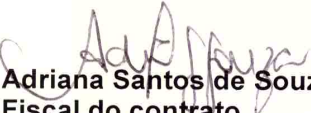
III – Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA NONA - SUCESSÃO E FORO

PARAGRAFO PRIMEIRO - As partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias (impressas por sistema eletrônico de dados) de igual teor e forma, obrigando-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo para Foro da Comarca de Catanduvas, Estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA, que em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificações, citação inicial e outras em direito permitidas.


MUNICÍPIO DE IBEMA
Adelar Arrozi
CPF: 313.957.679-04


VACCARIN & ALFF LTDA
Karla Gracielle Vaccarin
CPF: 047.020.709-40


Adriana Santos de Souza
Fiscal do contrato


Neusa Aparecida Treviso Monari
Gestora do contrato